

Ambiente. Aumento ocorreu entre agosto de 2011 e março deste ano, apesar de haver fiscalização e o Ibama ter embargado 4,3 mil km² de áreas para produção; Ministério do Meio Ambiente pediu informações ao Estado sobre autorizações de desmate concedidas

Desmatamento em Mato Grosso dobra e governo federal cobra explicações

Marta Salomon / BRASÍLIA

O ritmo das motosserras no Estado de Mato Grosso dobrou desde a apuração da última taxa oficial de desmatamento na Amazônia. Satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectaram 637 quilômetros quadrados de desmatamento na região entre agosto de 2011 e março deste ano, segundo dados preliminares. Isso representa um aumento de 96% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O corte de grande extensão de floresta aconteceu apesar da presença de fiscais na região. Em dois meses e meio, até 16 de março, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) embargou 4,3 mil km² de áreas para a produção em Mato Grosso, por desmatamento ilegal. As multas aplicadas no Estado somaram até essa data R\$ 31,6 milhões, o que equivale a 64% do valor de toda a Amazônia.

“É inegável que temos um pico de desmatamento em Mato Grosso”, disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, após reunião com integrantes da área de inteligência do governo. O ministério cobra explicações sobre autorizações de desmate concedidas no período.

“Ainda não temos as explicações, mas sabemos que tem gente lá dizendo que pode desmatar porque o sujeito vai ser anistiado”, afirmou Izabella, que aponta entre as hipóteses para explicar o pico de corte expectativas falsas criadas pelo debate do Código Florestal, em votação no Congresso. A lei estadual de zoneamento econômico-ecológico, que ampliava os casos de anistia a desmatadores, teve seus efei-



JF DIORIO/AE-31.1/2008

Floresta no chão. Em oito meses, Mato Grosso desmatou 637 km²; Roraima e Rondônia são outros Estados que registraram aumento do desmatamento

ABATE DE ÁRVORES

● Roraima e Mato Grosso registraram os maiores aumentos

Estados	De agosto de 2010 a março de 2011	De agosto de 2011 a março de 2012	Variação em %
	Desmate (km²)	Desmate (km²)	
Roraima	12	56	363
Mato Grosso	325	637	96
Rondônia	215	235	9,7
Amapá	1	1	0
Tocantins	9	6	-30
Amazonas	160	99	-38
Pará	521	308	-41
Acre	53	29	-45
Maranhão	76	21	-73

tos suspensos recentemente.

Izabella também considerou o efeito de lei sancionada em dezembro pela presidente Dilma Rousseff e que supostamente esvaziaria o poder de fiscalização do Ibama. “Não existe nada na lei que impeça a atuação de órgãos federais”, declarou.

A lei determina que cabe aos Estados fiscalizar as áreas em que tem competência para licenciar o corte de vegetação. Pela lei, prevalece o auto de infração estadual, o que pode levar a que proprietários de terra recorram das multas de R\$ 49,4 milhões aplicadas pelo Ibama desde janeiro.

O novo surto de desmatamento em Mato Grosso foi detectado em fevereiro por conta da baixa cobertura de nuvens na região. As nuvens atrapalham a visão dos satélites. O desmate aconteceu em período de chuvas, quando a atividade das motosserras tradicionalmente cai na Amazônia. No ano passado, Mato Grosso já havia provocado a convocação de um gabinete de crise no governo, por conta do ritmo acelerado do desmatamento.

Roraima. Nos últimos meses, o satélites do Deter (mais rápidos, mas menos precisos) também detectaram aumento de 363% do abate de árvores em Roraima. O governo federal ainda apura os motivos de a taxa no Estado ter aumentado 363% entre agosto em março, comparado ao mesmo período do ano passado.

Embora seja proporcionalmente maior do que o aumento

do desmate em Mato Grosso, o abate de árvores em Roraima somou 56 km², menos de 9% do que foi desmatado no Estado governado por Silval Barbosa. O governo acredita que a migração da atividade madeireira do Pará possa explicar a situação em Roraima.

Rondônia também registrou aumento, de 9,7% (*mais informações nesta página*). Os demais Estados da Amazônia registraram queda do desmatamento nos oito primeiros meses de coleta da nova taxa oficial da Amazônia.

No Pará, as nuvens ainda atrapalham a visão dos satélites. Por isso, o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, admite que o resultado apurado até aqui pode não corresponder à realidade. “O Pará ainda está sob nuvens”, comentou. No Estado, os fiscais já embargaram neste ano 2,3 mil km² de áreas desmatadas para a produção. As multas aplicadas ultrapassam R\$ 15,5 milhões.

Na Amazônia Legal, 1.398 km² foram derrubados

● Na Amazônia Legal, o desmate somou 1.398 km² entre agosto de 2011 e março deste ano, contra 1.371 km² medidos no mesmo período do ano anterior. A variação confirma a tendência de alta, contrariando o que vinha sendo observado nos últimos anos.

Em dezembro de 2011, o governo comemorou que a taxa anual de desmatamento na Amazônia havia atingido o menor índice desde o início do monitoramento, em 1988. Os satélites do Inpe haviam registrado o corte de 6.280 km² entre agosto de 2010 e julho de 2011. Foi a terceira queda anual consecutiva.

Críticos acusam Dilma de fazer retórica sobre energia alternativa

Para ambientalistas e cientistas, presidente mostrou uma visão ultrapassada do papel das fontes eólicas

Giovana Girardi

As declarações que a presidente Dilma Rousseff (PT) deu anteontem de desdém em relação à energia eólica e de ênfase à conti-

nuidade dos investimentos em hidrelétricas foram consideradas de “infelizes” e “ultrapassadas” a “retóricas” por quem vem trabalhando em apoio à energia alternativa. Dilma falou na quinta-feira em reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que ela preside, mas com o qual ainda não havia se reunido.

Para o físico Luiz Pinguelli Rosa, secretário executivo do fórum, a observação dela de que não é possível viver só com ener-

gia gerada por vento é “retórica”. “Nem estamos defendendo isso. Ninguém pode depender de algo que de repente para. A eólica tem de ter back up (*reserva*). O que no Brasil tem, porque temos hidrelétricas com reservatórios. Elas são o back up”, diz.

Complemento. Além disso, afirma o pesquisador da Coppe-UFRJ (instituto de pós-graduação e pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de

Janeiro), o País tem as condições ideais para unir as duas energias.

“Há uma curva de complementaridade. Quando temos menos água no Norte, temos mais vento no Nordeste. Mas hoje estamos usando termelétricas para fazer esse complemento às hidrelétricas. O que não é bom, porque elas emitem muito mais gases de efeito estufa. A melhor ideia é usar mais eólica”, diz.

Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energia do Greenpeace lembra que as novas hidrelétricas construídas na Amazônia também não têm segurança energética, por usarem fio d’água em vez de reservatório, ou seja, dependem do fluxo do rio. Se ele está cheio, tem ener-

gia. Do contrário, não.

“Na época de seca no Rio Xingu, Belo Monte vai gerar de 5% a 10% do que geraria. Dilma usou o argumento de que a eólica não segura (*a demanda*), mas Belo Monte também não. Toda energia é intermitente. Mas precisamos de algo que preencha onde temos a insegurança”, afirma.

Segundo ele, não faz sentido investir em um mesmo tipo de energia só na Amazônia, mas em eólicas em vários cantos do Brasil, uma vez que, apesar de o sistema de transmissão elétrica ser integrado, quanto mais longe, mais caro é levar energia de um lado para o outro do País.

Comentário semelhante veio do Instituto Democracia e Sus-

tentabilidade, do qual faz parte a ex-ministra do Ambiente Marina Silva. “Ninguém defende apenas eólico ou solar. O que nós defendemos e reiteramos com base em estudos que já possuímos é a diversificação da matriz energética, incluindo as hidrelétricas. Ninguém é contra as hidrelétricas, e sim contra essa visão de exclusividade”, afirmou a secretária executiva do instituto, Alexandra Reschke.

“A nossa presidente vem demonstrando uma visão bem ultrapassada às vésperas da Rio+20”, criticou.

Tabu. Para Pinguelli, apesar da reação “feroz” dela às críticas as hidrelétricas na Amazônia, ao menos ela se dispôs a ouvi-las. “Ainda que responda do jeito que ela pensa. Não vou dizer que a Dilma tenha coincidência com as posições ambientalistas, mas ela ouviu. E é nas discussões que convencemos as pessoas”, diz.

Ele afirma achar que, apesar de essas declarações darem um sinal ruim, pode ocorrer uma situação semelhante ao que houve na Conferência do Clima da ONU, em Copenhague, em 2009. Por muito tempo o País disse que não aceitaria metas de redução das emissões de gases-estufa, mas na hora H apresentou-as voluntariamente. “Era tabu, depois foi aprovado. Pode acontecer de novo. Porque ela não manda no país sozinha.” / COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

* **Análise:** Marta Salomon

Presidente já reduziu áreas protegidas em prol das hidrelétricas

A defesa da construção de hidrelétricas na Amazônia pela presidente Dilma Rousseff não se limita ao discurso como o feito anteontem no Planalto. Essa defesa impôs recentemente a redução de 1.032 quilômetros quadrados da área de cinco unidades de conservação na floresta, abrindo caminho para duas novas usinas. A medida provisória que muda limites de áreas de proteção

foi editada discretamente em janeiro e tem de ser aprovada pelo Congresso até o último dia de maio.

Anteontem, a presidente acusou a oposição à construção de hidrelétricas de “fantasiosa”. A pouco mais de dois meses de sediar a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a presidente reagiu a pressão de ambientalistas que veem retrocesso na área ambiental e reafirmou a busca de acordos para combater o aquecimento global e a pobreza: “Ninguém numa conferência dessas também aceita, me desculpem, discutir a fantasia”.

A presidente havia pedido pressa nas providências para construção das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá, no Pará. A primeira dessas usinas é a maior do Complexo Tapajós, com potência de 6.144 MW (megawatts), mais do que metade da gigante Belo Monte. O governo quer que essa usina entre em operação em novembro de 2016.

Texto que acompanha a medida provisória diz que, após a inundação da área do reservatório da usina, o governo deverá aumentar unidades de conservação ou criar novas áreas de proteção para compensar a perda imposta a cinco áreas. A redução nessas unidades equivale a quase 70% do tamanho da cidade de São Paulo.

O Ministério do Meio Ambiente estuda a criação de uma estação ecológica de mais de quatro vezes o tamanho da cidade de São Paulo, que ganhará o nome de Alto Maués, no Amazonas. O projeto enfrenta resistências no Estado por conta da exploração de madeira na região.

Mas é apontado como a principal opção para compensar a redução imposta pelas usinas hidrelétricas do Tapajós. A área abriga a maior concentração de primatas conhecida no mundo, de acordo com informações do Instituto Chico Mendes.

● **Corte**
A redução da área protegida em unidades de conservação equivale a quase 70% da cidade de São Paulo